


Uma arquitetura toda sua?

An architecture of one's own?

¿Una arquitectura propia?

Silvia Scoralich de Carvalho, arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da UFRJ, Docente na Universidade Estácio de Sá (Unesa).

E-mail: sscoralich@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2385-3028>

Para citar este artigo: CARVALHO, S. S. de. Uma arquitetura toda sua? *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 81-95, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p81-95

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2021-02-05

Resumo

A investigação histórica do patrimônio arquitetônico pode auxiliar na descoberta de nomes femininos relevantes e previamente ocultados. O objetivo inicial de documentação da sede da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim (Magé/RJ) criou desdobramentos necessários sobre a investigação da proprietária durante o período colonial. Por meio de buscas documentais diversas, levantamento arquitetônico e referências de outras áreas, inicia-se a discussão sobre a necessidade da ampliação bibliográfica de pesquisas arquitetônicas. Auxiliado por questões ampliadas, percebe-se que o patrimônio cultural arquitetônico necessita ser um documento ativo para a produção contemporânea e não um documento a ser arquivado. Considerando, principalmente, a existência histórica da mulher como sujeito ativo e não bibliografias a serem enumeradas, percebe-se o caráter documental do patrimônio como auxiliar em novos capítulos da teoria e história arquitetônica.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Fazenda Magepe-Mirim; Feminismo; Teoria feminista.

Abstract

Historical investigation of architectural heritage can assist in the discovery of relevant and previously hidden female names. The initial documentation of the main house of the former colonial farm Magepe-Mirim (Magé/RJ) created necessary developments on the investigation of the owner during the colonial period. Through diverse documentary searches, architectural surveys and references from other areas, the discussion on the need for a bibliographic expansion of architectural research begins. Aided by expanded questions, it is clear that the architectural cultural heritage needs to be an active document for contemporary production and not a document to be archived. Considering, mainly, the historical existence of women as an active subject and not bibliographies to be listed, the documentary character of heritage is perceived as an aid in new chapters of architectural theory and history.

Keywords: Cultural heritage; Magepe-Mirim farm; Feminism; Feminist theory.

Resumen

La investigación histórica del patrimonio arquitectónico puede ayudar al descubrimiento de nombres femeninos relevantes y previamente ocultos. El objetivo de documentación de la sede de la antigua granja colonial Magepe-Mirim (Magé/RJ) generó desarrollos necesarios para que se investigara el propietario durante el periodo colonial. A través de diversas búsquedas documentales, estudios arquitectónicos y referencias de otras áreas, se inicia la discusión sobre la necesidad de una expansión bibliográfica de la investigación arquitectónica. Con la ayuda de cuestiones ampliadas, queda claro que el patrimonio cultural arquitectónico debe ser un documento activo para la producción contemporánea y no un documento para archivar. Considerando, principalmente, no las bibliografías a enumerar sino que la existencia histórica de la mujer como tema activo, el carácter documental del patrimonio se percibe como un refuerzo a nuevos capítulos de la teoría y la historia de la arquitectura.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Granja Magepe-Mirim; Feminismo; Teoría feminista.

INTRODUÇÃO

A autora britânica Virginia Woolf (2014), em seu ensaio *Um teto todo seu*, da década de 1920, discorre sobre a dificuldade das mulheres em ter na escrita de ficção uma carreira. Dentre todos os levantamentos feitos, é recorrente o retorno à questão material como uma necessidade primária que resultaria na dedicação e produção exclusiva dos escritos. Em determinado momento, a autora afirma: “dê-lhe um espaço, um teto todo seu e quinhentas libras por ano, [...] e ela escreverá um livro melhor algum dia. Será uma poetisa [...] dentro de cem anos” (WOOLF, 2014, p. 134). Esse teto, traduzido por alguns como cômodo ou quarto, serve de percepção inicial sobre como um ambiente, um espaço e, por que não, uma arquitetura própria podem significar o princípio das condições necessárias para a produção feminina em diversas áreas e mesmo sua introdução como sujeito histórico independente.

Foi essa condição de sujeito histórico que suscitou os tópicos aqui discutidos dentro do campo arquitetônico com recorte de gênero. O estudo que segue faz parte das descobertas realizadas na pesquisa de mestrado da autora (CARVALHO, 2018). O objeto de estudo foi uma edificação-sede, ainda existente, da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim em Magé, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. A investigação foi realizada porque não existiam informações documentais suficientes para a proposta de restauro do objeto, apesar de se identificar a relevância da tipologia na caracterização de habitações rurais do antigo distrito federal, feita por Joaquim Cardozo (2009). A partir da investigação tipológica, seguimos para investigação em documentos menos relacionados à arquitetura e mais especificamente às questões históricas, e descobrimos que a proprietária do imóvel, Dona Joana de Barros, pode ser considerada parte da justificativa pertinente para a não documentação de sua história. O principal recorte aqui pretendido é a utilização da perspectiva feminista como esclarecedora de alguns motivos que ocasionaram a invisibilização dessa proprietária. Além disso, avaliam-se os seguintes aspectos: a fazenda colonial como possível teto todo seu e as possibilidades do bem edificado perante o discurso arquitetônico.

Por fim, ao longo da discussão, será considerado relevante o apontamento teórico feminista como caminho para se discutir uma alteração da realidade material das coisas. Entendemos como essencial o esclarecimento de qual conceito de práxis é aplicado ao considerarmos a perspectiva feminista como um caminho para essa alteração da realidade material, visto que isso ajudaria a ultrapassar o momento de nomeações e biografias. O caminho para se considerar a existência feminina relevante na formação profissional arquitetônica é adicionar essas sujeitas à bibliografia específica, como vem sendo feito em tantas outras áreas científicas, sempre de maneira crítica, especificando possíveis contribuições concretas e analisando possíveis caminhos infrutíferos. Ainda que as possíveis perdas documentais sobre o imóvel sejam permanentes e que o reconhecimento da proprietária seja de grande relevância para a história do município, o objetivo central é demonstrar que o patrimônio edificado se reafirma como objeto fundamentador da historiografia arquitetônica, exigindo uma ampliação das pesquisas a partir do reconhecimento da existência da mulher como parte da construção do espaço arquitetônico.

Convergências

Nos últimos anos, observamos um novo questionamento sobre a relação social entre o projeto arquitetônico do mundo profissional e o das universidades. Mas, na realidade do dia a dia, o arquiteto pouco questiona sobre os espaços existentes na habitação. Se esses espaços são capazes de suscitar sentimentos opressores, repressores ou de qualquer natureza negativa, por exemplo.

Uma das abordagens possíveis sobre esse fato é pensar nos discursos românticos sobre o que constitui um lar. Ao considerarmos, como exemplo pontual, o discurso romântico de John Ruskin (2008, p. 56-58) sobre habitação em *A lâmpada da memória*, notamos ainda como selecionamos parcialmente as referências no discurso patrimonial. Esse autor, no século XIX, definiu a casa como lar a partir do momento em que permite aos que ali habitam não apenas abrigo físico, mas também abrigo emocional, abrigo dos problemas, um local de paz que, se penetrado pelas hostilidades e problemas da sociedade, perde as propriedades que a poderiam definir como lar. Essa definição esclarece de maneira ampla quem teria o direito de ser abarcado como pertencente a esse lar. Ou seja, esse discurso não considera os fatores de pertencimento ou as relações mais íntimas dos demais habitantes dessas habitações que não sejam o sujeito dominante. Devemos considerar o tempo em que tais afirmativas foram escritas e o quanto, no contexto da época, o termo “homem”, utilizado pelo autor para se referir a uma coletividade, só abarca uma parcela dos sujeitos de sexo masculino como maioria relacional. Atualmente, cabe-nos questionar se esses grupos dominantes ainda se apresentam como maioria no campo da arquitetura. Caso a resposta seja positiva, realça que, raramente, possuem capacidade de discursar sobre o problema que não os aflige e, logo, acabam perpetuando preconceitos implícitos ao longo dos projetos, cujas características já foram há muito normalizadas.

Não cabe, neste momento, selecionar diversos autores que poderiam ser questionados nesse aspecto. Mas podemos citar a arquiteta Anete Araújo (2006), quando resume de maneira precisa que atualmente o sujeito passa a habitar a ideia de uma edificação, e não a edificação em si. E que seria possível ao arquiteto, por meio do conhecimento histórico crítico, vislumbrar novas possibilidades de construção espacial das habitações indo um pouco além, pois dificilmente um projeto não estará atrelado às ideologias de quem o constrói, demonstrando questões sociológicas e políticas através do espaço. Isso leva a um ponto importante perante o reconhecimento histórico da formação da habitação brasileira: a normalização do existente.

Disto isso, podemos retornar às narrativas sobre os interiores coloniais. Foi descrito por alguns autores¹ que esses interiores possuíam entre um de seus propósitos a reprodução da estrutura patriarcal vigente na época, o senhor da residência possuía controle sobre os primeiros e melhores cômodos, e os demais eram distribuídos de acordo com uma hierarquia. Os responsáveis pelos serviços

¹ Mendes, Veríssimo e Bittar (2010, p. 134) afirmam que “A distribuição dos aposentos garantia a privacidade do setor íntimo, destinado às mulheres [...]”. Sandra Koutsoukos (1994, p. 52) menciona “as famosas alcovas – cômodos sem janelas, com circulação de ar bastante deficiente, aonde [sic] muitas vezes dormiam (ou eram guardadas) as moças da casa [...]”. Segundo Gilberto Freyre (2013), “A proteção do interior da casa de cidade contra os excessos de luminosidade e de insolação direta foi grandemente exagerada no Brasil patriarcal, devido principalmente a preconceitos morais e sanitários da época e por imposição do regime social então dominante. Procurava-se a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores [...]”.

seriam destinados às áreas menos nobres, sujeitas às intempéries e à insalubridade; e as mulheres, na maioria dos casos, eram relegadas ao isolamento e aos locais onde os estranhos não as poderiam alcançar.

Na maior parte dos casos, registram-se o local e a história da mulher branca de classes mais abastadas, classe social em que geralmente todos dependiam do homem, que detinha o poder econômico, social e cultural. Era essa mulher branca a viver em enclausuramento e vigiada, raramente vista fora de seu lar, sem costumes de passeios ou encontro com visitantes, sendo a responsabilidade sobre seu controle passada do pai ao marido ou tutor (SIQUEIRA; BANDEIRA; YANNOULAS, 1994, p. 153). Dentro desse ambiente de controle, a mulher também era dita como responsável por perpetuar os valores familiares, suas tradições e ensinamentos para que os objetos residenciais, até então escassos, fossem produzidos (bordados, costuras, por vezes receitas, entre outros) e mantidos. Todas as funções possíveis de se realizar dentro da residência caberiam a ela, desde ensinar os filhos a ler, quando o sabia, passando pela supervisão dos trabalhos dos escravos até obrigações religiosas.

Reconhecido tal fato, cabe uma digressão sobre a dissertação da presente autora (CARVALHO, 2018) cuja pesquisa teve como objetivo a inserção de uma edificação como arquitetura colonial tipológica específica, visando à sua preservação. Nas primeiras atitudes para a reconstituição física da edificação, houve uma tentativa de pesquisas na área patrimonial sobre a própria fazenda. Após se revelar uma pesquisa com poucos frutos, duas vertentes foram seguidas: levantamento arquitetônico *in loco*, para equiparação tipológica, e pesquisa em fontes históricas e documentais diversas, ressaltando a pesquisa no Arquivo Nacional, no Cartório de Imóveis e na Biblioteca Nacional.

A sede da antiga Fazenda Magepe-Mirim está localizada no município de Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro. A edificação se assemelha aos exemplares de tipologia rural fluminense, identificados por Joaquim Cardozo (2009), não apenas por conta do estilo arquitetônico, mas também pela ausência de documentação em quantidade relevante e suficiente. O autor menciona que a documentação existente ocorre por vezes em circunstâncias ocasionais, com ausência de foco específico (CARDOZO, 2009, p. 80). Porém, como observado na Figura 1, sua tipologia se assemelha aos exemplares que muitas vezes são chamados “casas de fazenda”, mas que constituíam de casas de engenho (CARDOZO, 2009, p. 84), possibilitando-nos ampliar as fontes documentais onde a existência da fazenda poderia ser encontrada.²

As informações específicas encontradas sobre a edificação constam de registro em inventário do ano de 1984 da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), no qual há uma pré-inserção na tipologia previamente mencionada. A sede é inserida na área de influência dos

² Fazendas com tipologias semelhantes com maior reconhecimento: Fazenda do Engenho d'Água (Jacarepaguá, Rio de Janeiro), Fazenda do Colubandê (São Gonçalo, Rio de Janeiro) e Fazenda do Engenho do Mato (Niterói, Rio de Janeiro).

Caminhos do Ouro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) no ano de 2004.

Apesar de seu valor arquitetônico individual não ter sido discutido amplamente em esferas referentes ao patrimônio cultural, seu valor é reconhecido em nível municipal, sendo considerado um bem cultural tombado pela cidade em 2014, por meio de publicação no *Boletim Informativo Oficial* da prefeitura de Magé, n. 470, p. 9-11. Tal tombamento se torna essencial para a memória local porque, nas terras da propriedade, foi desenvolvido o primeiro distrito do município, graças à doação de terras para a implantação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, conforme mencionado em 1820 por monsenhor Pizarro e Araújo (1945-1946, v. III, p. 152-153):

Para esse efeito doou D. Joana de Barros, viúva do Capitão Ignacio Francisco de Araújo, 50 braças de terra quadrada na paragem chamada Caminho Grande de sua Fazenda de Magépe Mirim, por Escritura celebrada na Nota [...] de 1747 à 1748 [...].



Figura 1: Fachada principal da edificação-sede onde observamos o corpo principal terminando em uma larga varanda, chamada alpendre, com colunas em alvenaria de tijolo muito bem construídas em estilo toscano. Ainda podemos ressaltar sua implantação direta no solo em área elevada e a moldura que os vãos do alpendre realizam em direção à cidade do Rio de Janeiro, sendo possível observarmos o morro do corcovado ao longe. Fonte: Carvalho (2018).

O relato possuía como intuito informar a metrópole sobre a colônia e acaba sendo essencial para localização da existência da propriedade no século XVIII, na então

Vila Magepe, Freguesia de N. S. da Piedade. Se esse foi o foco das pesquisas realizadas até o século XX, uma nova perspectiva também é capaz de chamar a atenção para o sujeito responsável pela doação de terras: D. Joana de Barros. Tal fato é irrelevante para os interesses anteriormente pretendidos, mas acaba por se tornar uma possibilidade entre tantas outras para a dificuldade de encontrar, até o momento, outras menções à fazenda. Os registros seguintes se dão por meio de documentos de cartório, pela compra e venda do imóvel, no ano de 1968.

A partir dessa pequena informação, questionamos se a relevância da proprietária se inseria apenas na doação de terras para a Igreja Católica. Foi então que encontramos registros dessa mulher como membro de família relevante no cenário do criptojudáimo do Rio de Janeiro, fato exposto mais detalhadamente a seguir, que se coloca como nova possibilidade de inserção da edificação na narrativa histórica da região.

A alteração de usos ocorrida ao longo dos anos na sede ocasiona modificações espaciais consideráveis que não foram registradas em cadastro arquitetônico.³ Levando em conta apenas sua posição na sociedade colonial como fundamentação para a recomposição de seu interior, utilizando os argumentos narrativos de um modelo familiar que desconsidera a possibilidade da existência de Dona Joana de Barros como proprietária, nada mais seria que reproduzir um discurso normalizado e impensado. Neste momento, chegamos à questão do silenciamento das fontes em relação ao papel da mulher nas ciências, artes e afins. Seja por não mencionar o papel das mulheres ou por mencionar e negligenciar sua presença, graças ao olhar coletivo treinado com a visão masculina racional-universalizante.

E nessa descrição espacial recorrente da casa colonial, perpetua-se o estereótipo do senhor de engenho; tratando de forma complacente o fato de que existiam senhoras de engenho (DEL PRIORE, 2008), mulheres donas dos engenhos e partidos, que são plantações de cana-de-açúcar sem a presença do engenho refinador. E ignora-se principalmente que a maior parte dessas mulheres eram cristãs-novas, afinal,

Segundo a lei portuguesa, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Tinham que obedecer a seus pais, maridos e, eventualmente, seus filhos. [...] Apesar dessa situação [...] as cristãs-novas, ao lado de seus pais, maridos e filhos, desempenharam um papel ativo na sociedade fluminense. Mais da metade delas estava ligada à atividade agrícola, como donas de partido de cana, senhoras de engenho, ou como esposas, mães e filhas de senhores de engenho ou donos de partido e frequentemente administravam os engenhos e propriedades (GORENSTEIN, 2008, p. 117).

Diferentemente das mulheres portuguesas em Portugal e na colônia, analfabetas de maneira geral, mais da metade das cristãs-novas fluminenses eram alfabetizadas. Isso, obviamente, não vai afirmar que essas casas chefiadas por mulheres tenham uma espacialidade distinta. Mas possibilita a construção de

³ A edificação funcionou como unidade de saúde de 1968 até o fim dos anos 1990 (CARVALHO, 2018).

outros olhares e de outros lugares de fala que rompam com aquele ainda hegemônico no pensamento ocidental moderno, pois, além de inserir o silenciamento da história feminina, imposto pelo patriarcado, insere a narrativa conduzida por um Estado cristão. Graças ao conhecimento desse fato, quando foi feita uma leitura da fazenda e de seu entorno, algo que chamou a atenção: o fato de a rua frontal à fazenda, agora cortada pela BR-493, chamar-se Rua Dona Joaquina, uma maneira de inferir a importância dessa mulher na área. Isso levantou a necessidade de se questionar quem era Joana de Barros, além da viúva de um capitão que assinou uma doação de terra, numa sociedade em que mais da metade da população livre era composta por mulheres (DEL PRIORE, 2008, p. 64).

A partir daí, quando se investiga a proprietária, descobre-se que ela é filha de Ines Ayres, anciã que faleceu nos cárceres da Inquisição portuguesa, cuja rede familiar é reconhecida pela transmissão do criptojudáismo entre seus membros. Tal fato permite que se encontre o processo inquisitório de Joana de Barros,⁴ no qual ela relata ter sido ensinada na Lei de Moisés, afirmando-se como cristã-nova, e, como recompensa por ter se apresentado antes de ser denunciada, ela passou apenas três meses em cárcere (GORENSTEIN, 2008, p. 135). Ou seja, Joana de Barros se insere num contexto feminino ainda mais silenciado pela documentação existente, abrindo novos caminhos para investigação e reconhecimento de seu papel na história do município de Magé/RJ.

Esses fatos nos levam a questionar a proximidade da época do processo com a época da doação de terras, assim como o fato de a fazenda não possuir capela adjacente à edificação-sede, e sim apenas um singelo oratório. Abre-se um longo caminho de investigação sobre a história da fazenda a ser feito de forma mais enfática em conjunto com historiadores. Porém, mais que reconhecer uma mulher invisibilizada pela história, com o objetivo de reconhecimento biográfico ou como justificativa para a não documentação de um bem edificado, o exemplo aqui abre diversas frentes, como ressaltar a possibilidade de utilização da arquitetura como documento amplo, dando ênfase, mais uma vez, ao valor documental da obra.

Ao cunhar a restauração filológica, Camillo Boito (2002) aproxima os monumentos dos métodos da linguística, tornando possível a comparação da edificação a um texto, quando necessárias sua documentação e restauração, capaz de portar uma mensagem. No caso em questão, o valor de documento da obra permite um caráter documental que corrobora o que Patrícia Duarte Rangel e João Paulo Pereira do Amaral (2014, p. 3) afirmaram sobre a necessidade da perspectiva feminista no campo do patrimônio, abordando inicialmente o que chamam de “problema etimológico” ao definirem que “Pátria e patrimônio [...] referem-se etimologicamente ao poder patriarcal e ao que está sob seu domínio”. Questionar a origem não necessariamente traz a necessidade de alteração de termos, mas sim a inevitabilidade de reconhecer os referenciais e os impactos existentes ao longo de sua utilização e evolução de significados, alertando para o fato afirmado por Joan Scott (1990 *apud* RANGEL; AMARAL, 2004) sobre a existência de significado e história por trás de toda e qualquer ideia. Ou seja, a falta de

4 Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa (IAN/TT/IL), Processo de Joana de Barros, n. 868 (GORENSTEIN, 2008).

questionamento a respeito do discurso que acompanha a espacialidade colonial se mantém na narrativa que não reconhece a mulher como sujeito, mesmo em casos atípicos.

Questionamentos teóricos futuros

O século XX apresenta um novo lugar na sociedade para a mulher de seu tempo. Embora a ideia da nova habitação moderna do século XX fosse possibilitar a libertação da mulher das funções domésticas, o que vimos foram modernizações e projetos que procurariam facilitar a vida feminina dentro do lar, ainda considerado um local de trabalho para a mulher que o habita, não importando que não fosse seu único local de trabalho. Visando alterar paradigmas socioculturais, busca-se uma teoria crítica feminista que insira o campo arquitetônico, pois

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidencia é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa (ARAÚJO, 2006, p.17).

A teoria feminista também se vê necessária ao representar um ponto de vista não vindo do grupo dominante – o masculino. Ela possibilita o questionamento da invisibilização significativa das mulheres na atuação profissional em destaque da arquitetura, não apenas para afirmar o reconhecimento das mulheres que foram capazes de desafiar o *status quo* da profissão ou de tempos passados, mas também para enxergar o “discurso sexista, misógino e repressor, que pretende uma arquitetura que concilie livre e ousadamente o homem (e apenas o homem) e o seu ambiente” (ANTUNES, 2016, p. 70). A produção acadêmica, apesar do grande número de mulheres, ainda vislumbra diversas questões que perpetuam inconscientemente a influência masculina. Como posto por Guacira Lopes Louro (1997, p. 146),

Assumir a investigação feminista [...] supõe, na verdade, muito mais que um novo “recorte” nos estudos ou a iluminação de áreas ou aspectos até então escondidos ou secundarizados. Supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência, aceitar o desconforto de ter certezas provisórias, inscrever no próprio processo de investigação a auto-crítica constante [...]. Está envolvida aqui – além da aproximação aos estudos e debates teórico-metodológicos –

a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador.

E, no campo patrimonial, uma nova forma de não recorrer a atitudes imediatistas em aspectos sociopolíticos, entre outros.

Questões adicionais: Colaboração Feminista e Práxis

Discutir o papel de arquitetas, urbanistas e *designers* não deve ser um debate neutro, mas sim um debate feminista, inclusive como agentes responsáveis por valoração do patrimônio histórico. E qualquer discussão que se diga feminista deve considerar primeiramente a teoria feminista e suas problemáticas. Isso significa compreender e reconhecer o movimento feminista não apenas como um posicionamento superficial que acredita na igualdade entre os sexos, mas também como um movimento teórico-prático que pode se aliar a correntes de pensamentos. Essa aliança ajuda a compreender as abordagens pretendidas para superação do domínio masculino, podendo ser utilizadas nos mais diversos campos, de modo a colaborar para a não reprodução de conquistas que possam ser rapidamente eliminadas ou armadilhas reformistas.

Não seria possível, no presente artigo, definirmos em detalhes o que se consideram vertentes dentro do feminismo ou as abordagens da teoria feminista como um todo.⁵ Porém, podemos afirmar que a definição da mulher como “o outro”, derivado do masculino, deve ser considerado ponto de partida para identificar sua desconsideração como sujeito. É nessa definição do sujeito outro que se identificam mulheres invisibilizadas por qualquer figura masculina dominante no campo das decisões.

Ao afirmar que o feminismo deve ser considerado como fundamentação teórica, é para evitar seu posicionamento meramente como discurso sobre a limitação da independência e da sexualidade da mulher ou uma identificação de personalidades. Da mesma forma, na discussão teórica, seria necessário um trabalho de compreensão sobre a apropriação feminista do pensamento e da metodologia feministas.

A não generalização é essencial para que qualquer campo de estudo se defina como feminista. A convergência de feminismo, teoria, metodologia e prática colaboraria na elaboração de um discurso localizado no espaço tempo, capaz de construir resultados pertinentes dentro do campo que se propõe, no local em que se propõe. Considerando o campo patrimonial, pertinente à discussão, sabemos que é um campo teórico aliado à práxis. Essa necessidade da materialização faz com que seja pertinente a discussão de qual conceito de práxis se pretende, ao afirmar que a teoria feminista na arquitetura é um campo de debate e aplicação teórico-prático.

Não existe um contexto único de aplicação do termo práxis. Autores como Gramsci, Marx e Engels compreendem a práxis como a atividade material do

⁵ Ana Gabriela Godinho Lima (2004), em sua tese *Revendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista*, aborda as ondas feministas e as fases dos estudos feministas de arquitetura. Leitura complementar sugerida para melhor contextualização do tema.

sujeito social, e não apenas como uma atividade prática, sendo por meio da práxis que o sujeito é capaz de transformar o meio e a si mesmo. Segundo a socióloga Sabrina Fernandes (2019), “a práxis revolucionária, práxis na totalidade política, também tem a ver com a erradicação da separação entre as formas de conduta prática e teóricas”. Essa visão da práxis como força política é compartilhada por Gramsci e Paulo Freire, quando não separam a teoria da prática, mas sim utilizam uma como complemento da outra, unindo-as dialeticamente e reconhecendo as transformações das condições materiais, sem negar o apanhado teórico necessário para tal. Ou seja, compreender revoluções filosoficamente seria uma forma de realizá-las eliminando o máximo possível de contradições intelectuais e atividades práticas (FERNANDES, 2019).

Compreendemos então que, para a produção de um novo exercício profissional que reconheça e valorize seus membros femininos, é necessário compreender a práxis “não simplesmente como prática dentro da dialética, mas como a unidade dialética da teoria e prática” (FERNANDES, 2019), constituindo uma atividade prático-crítica. Não é apenas por meio da apreciação de mulheres que desafiaram o *status quo* que será possível superá-lo, mas sim por meio da construção cognitiva de uma superação, alinhando a consciência prática à teórica a fim de mudar a realidade. A maneira mais concreta de se realizar isso é por meio de um trabalho educacional que confronte as hegemonias e tenha caráter crítico e questionador. Esse questionamento se inicia pelo da historiografia arquitetônica.

Logo, quando se observam os trabalhos recorrentes de visibilização, deve-se questionar como utilizá-los como ferramenta de autocapacitação para atender ao desejo coletivo de mudança. Isso remete ao que é discutido por Paulo Freire (1987) em *Pedagogia do oprimido*, quando diz que a mudança acontece a partir da reflexão e ação dos sujeitos sobre o mundo, visando transformá-lo. Esse processo se dá em dois momentos: quando os oprimidos desvelam o mundo da opressão e se comprometem com sua transformação, e quando a realidade opressora é transformada (FREIRE, 1987, p. 41), ou seja,

A práxis se constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis de consciência oprimida (FREIRE, 1987, p. 53).

Concluimos que a melhor abordagem para a construção de uma nova classe de arquitetos e urbanistas ocorre por meio da formação. Como se trata de uma construção que necessita de leituras críticas, investigação prática e diálogo entre academia e prática profissional, utilizar o feminismo para uma base educacional requer compreender que ele não é apenas uma ferramenta, mas também uma perspectiva e um enfoque epistemológicos.

ABORDAGENS OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do caso da Fazenda Magepe-Mirim, conclui-se que ainda é necessário, dentro da arquitetura, o aumento das argumentações que visem questionar o machismo e sexismo reproduzidos pelo discurso ideológico do passado,

considerado aqui uma reprodução impensada e omissa em parte de sua bibliografia. Essa bibliografia desconsidera a existência de modelos familiares diferentes ou mesmo atenta ao longo de seus parágrafos sobre qual classe social se discute, ou sob qual tipo de poder esse Estado se encontrava. E, por mais que possa parecer redundante o fato já incluído no senso comum, as escolas de arquitetura e os discursos patrimoniais não apresentam atualização multidisciplinar ou bibliografia adequada para alguns questionamentos recorrentes no campo das ciências sociais e da história. Como foi posto por Ana Gabriela Godinho Lima (2004, p. 112),

[...] um texto que aparenta ser neutro do ponto de vista da distinção de gêneros, na verdade, pode estar carregado de distinções muito claras quanto à disposição das mulheres e dos homens no campo profissional. Este é um aspecto importante ao revermos a História da Arquitetura, uma vez que, ao longo de seus anos de formação, a aluna de graduação em arquitetura será convidada a ler dezenas de textos que, pouco a pouco, constituirão o universo de referências e possibilidades de seu mundo profissional. Não devemos subestimar a interferência dessas leituras na formação das mentes das estudantes.

Ou seja, é importante ressaltar que o ambiente construído é moldado com ideias predefinidas sobre gênero, raça e sexualidade. Afirmar isso não é suficiente para superar o quão negligentes os estudos em arquitetura e urbanismo têm sido no que diz respeito às questões das mulheres. Corrigir essa negligência parte da construção curricular que não se assume neutra, pois a ideologia da classe dominante perpassa as ideias dominantes.

É necessário compreender a “indissolubilidade da ação e da significação” (EAGLETON, 1997, p. 73), ou seja, quando é proposto o questionamento histórico da mulher ante o exercício profissional e como sujeito na arquitetura e no urbanismo, é essencial o complemento teórico sobre onde essa situação pretende chegar e a quem pretende atingir.

A filósofa mexicana Eli Bartra (2017, p. 82-83), pioneira na investigação da relação entre mulheres e arte popular, ressalta que, ao ensinar a disciplina estética com cunho feminista, passa a considerar os contextos tanto quanto as obras de arte. Então, para a criação de uma disciplina feminista dentro do currículo arquitetônico, seria necessária a inclusão curricular de uma série de elementos capazes de contextualizar essa abordagem. No caso da Fazenda Magepe-Mirim, por exemplo, apenas com uma abordagem feminista classista seria esclarecido quais mulheres tiveram a oportunidade de ter posturas diferenciadas na sociedade colonial. E, em sequência, realizar uma pesquisa mais ampla, com os aparatos teóricos necessários, para a investigação espacial de um conjunto de edificações coloniais administradas por mulheres, principalmente engenhos da região fluminense, apresentados por Mary Del Priore (2008) inicialmente em seu artigo “Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império”.

Uma ementa efetiva para discussão dentro do campo acadêmico brasileiro, nas primeiras fases de formação discente, deveria ser composta por uma breve

introdução à teoria feminista (dentro e fora da arquitetura), a historiografia de direitos femininos, definindo a linha temporal a partir do princípio de nossa colonização. Explorar os arredores dos assentamentos coloniais, os espaços internos e externos sem generalizações, nas esferas rurais e urbanas, poderia ser um interessante primeiro passo. O entrelaçamento das descrições espaciais e construídas com material literário resultaria em novos vocabulários e materiais didáticos. Ao longo do curso, seria ideal a abordagem de tópicos como o confinamento doméstico, esferas públicas e privadas, a espacialidade descrita nas utopias feministas e a evolução do espaço feminino com reflexos na literatura, de modo a acoplar um novo tipo de material para uma nova construção profissional e romper com referências ditas intocáveis desde os séculos passados.

Por fim, a discussão aqui pretendida se coloca como um argumento, entre tantos possíveis, para o protagonismo do patrimônio cultural perante as questões feministas necessárias para uma reescrita da história, da historiografia e do currículo arquitetônico. Retomando o título deste artigo e seu primeiro parágrafo, apenas por meio dessas considerações amplas seria possível afirmar e explicar uma arquitetura que não considera a mulher “o outro”, que não apenas cria recortes e justificativas que não vão ao cerne da produção arquitetônica. Mas sim iniciar a preparação de uma produção que considera mulheres sujeitas históricas para finalmente termos a opção de uma arquitetura à qual pertença.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, L. P. S. G. Questões de gênero em arquitetura: história(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetônicas. *ex aequo*, n. 33, p. 67-81, 2016.
- ARAÚJO, A. R. C. de. Estudos de gênero em arquitetura: um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 11-22, 2006.
- BARTRA, E. Estudios feministas, arte popular y educación popular. *In: MACHADO, R. de C. F.; CASTRO, A. M. (org.). Educação popular em debate*. Jundiaí: Paco, 2017.
- BOITO, C. *Os restauradores*. Tradução de Paulo e Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- CARDOZO, J. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio. *In: CARDOZO, J. Forma estática – forma estética*. Brasília: Edições Câmara, 2009. p. 77-104.

- CARVALHO, S. S. de. *Centro de Memória Magepe-Mirim: reabilitação de antiga fazenda colonial em Magé/RJ*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- DEL PRIORE, M. Mulheres de açúcar: vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 169, n. 438, p. 57-90, jan./mar. 2008.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERNANDES, S. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Inventário dos bens culturais do município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundrem, 1984.
- GORENSTEIN, L. O criptojudaísmo feminino no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 115-138, dez. 2008.
- KOUTSOUKOS, S. S. M. *A casa e a "trastaria": história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- LIMA, A. G. G. *Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MENDES, F. R.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.
- PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-1946. 11 v. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>. Acesso em: dez. 2016.

RANGEL, P. D.; AMARAL, J. P. P. do. Reflexões críticas sobre o campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. *In: Genealogías críticas de la colonialidad*. Buenos Aires: Clacso – Programa Sur Global, Idae, Unsam, 2014.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L.; YANNOULAS, S. Resenha: ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil colônia. *Textos de História*, v. 2, n. 3, p. 148-157, 1994.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.